



CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vimioso

Nota Justificativa

Cumprindo uma das várias atribuições dos Municípios, patente no texto da Lei nº 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, o Município de Vimioso pretende implementar medidas de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos deste Concelho, pelo que elaborou o presente Regulamento que se constitui como o instrumento que permitirá a materialização desta intenção.

Com a noção de que é necessário actuar em favor dos mais vulneráveis, bem como atenuar a pobreza e a exclusão social, pretende-se promover a inclusão de cidadãos pertencentes a estratos sociais desfavorecidos, garantindo-lhes ou facilitando - lhes o acesso aos recursos, bens e serviços, no sentido da melhoria da qualidade de vida e da coesão social.

Podendo existir ou vindo a existir no Concelho de Vimioso agregados familiares a viver em condições sociais desfavoráveis, com um quadro de vida problemático, impõe-se, assim, que o Município, considerando o quadro legal das suas atribuições, tome medidas no que concerne à resolução dessas situações, para as quais as instituições estatais e particulares não encontram resposta, que garanta melhoria da qualidade de vida dos agregados familiares comprovadamente mais carenciados.

Pretende-se com a criação desta medida uma Acção Social mais interventiva.

Desta forma, no presente regulamento, estão discriminadas as condições de elegibilidade, benefícios a atribuir, compromissos a assumir, bem como a forma de candidatura.

Assim, no uso das competências previstas nos artigos 112.º n.º 8 e no art. 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, no art.º 13.º, nº 1 alínea h) e art.º 23.º

da Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, no artº 64.º nº 4 alínea c) e no arº. 53 nº2 alínea a) ambos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação do presente Projecto de Regulamento.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Âmbito e Objecto

O presente Regulamento destina-se à criação de medidas de apoio social a indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares, pertencentes a estratos sociais desfavorecidos na área do Município de Vimioso.

Estas medidas traduzem-se concretamente em:

A) -Apoio no âmbito de Acção Social:

- 1) Apoio na utilização de transporte para entidades de saúde e educação;
- 2) Apoio na aquisição de equipamentos/ ajudas técnicas;
- 3) Apoio logístico a projectos e iniciativas individuais.

B) Apoio no âmbito da habitação:

- 1 – Obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitação degradada, própria, incluindo ligações às redes de abastecimento de águas, electricidade e esgotos;
- 2 – Erradicação das barreiras arquitectónicas e melhoria das condições de segurança e conforto das pessoas em situação de dificuldade/ risco relacionado com mobilidade e/ou segurança no domicílio;

Artigo 2º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, considera - se:

a) Agregado Familiar:

O conjunto dos indivíduos que vivam em economia comum;

b) Economia comum:

Situação de pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação há pelo menos dois anos e tenham estabelecido uma vivência em comum de entajuda ou partilha de recursos;

c) Rendimentos:

Valor mensal ilíquido, composto por todos os salários, pensões e outras quantias recebidas a qualquer título, com excepção das prestações familiares;

d) Estratos Sociais Desfavorecidos

Todos aqueles que possuam economia precária com rendimento mensal "per capita" manifestamente baixo, com base em informação social dos Serviços da autarquia.

e) Obras de Conservação e Beneficiação:

Obras destinadas a manter uma edificação nas condições habitabilidade básica e indispensável, designadamente as obras de beneficiação, reparação ou limpeza.

f) Barreiras Arquitectónicas

Qualquer obstáculo que limita ou impede o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas.

g) Erradicação das barreiras arquitectónicas e obras de melhoramento de condições de segurança e conforto de indivíduos portadores de deficiência física - motora:

São todas as obras que se demonstrem necessárias à readaptação do espaço no sentido de o adequar à habitabilidade do portador de deficiência motora, entre as quais, a construção de rampas, a adequação da disposição das loiças nas casas de banho ou a sua implantação, colocação de materiais protectores em portas e ombreiras, alteração e adaptação de mobiliário de cozinha, alargamento e adequação de espaços físicos, colocação de materiais destinados à utilização por parte dos indivíduos portadores de deficiência física - motora, ou outros que se considerem necessários.

h) Calamidade

Entende-se como um acontecimento ou série de acontecimentos graves, afectando gravemente a segurança das pessoas e as condições de vida das populações.

Considera-se que existe situação de calamidade ou catástrofe quando é declarada a necessidade de adaptar medidas de carácter excepcional destinadas a repor a normalidade das condições de vida.

Artigo 3º

Condições de acesso

1 -Podem candidatar-se os indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

a) Residam e sejam recenseados no Concelho de Vimioso há pelo menos um ano;

b) Apresentem atestado de residência e título válido de permanência em território nacional, no caso de cidadãos estrangeiros;

c) Forneçam todos os elementos de prova que sejam solicitados, a fim de elaborar a informação social;

d) Não usufruam de outros apoios para o mesmo fim;

e) Não sejam proprietários de mais de um prédio urbano destinado a habitação;

2 -Relativamente aos Apoios à Habitação, os beneficiários não podem candidatar-se, no mesmo ano, mais do que uma vez.

Artigo 4º

Situações pontuais de calamidade

1) Poderão ainda candidatar-se munícipes que se encontrem em:

a) Situações pontuais de calamidade e que se integrem em estratos sociais desfavorecidos.

b) Nestes casos os serviços de Acção Social, Protecção Civil e outras entidades competentes, agem em articulação de forma a prestar o apoio necessário.

Artigo 5º

Documentos necessários à candidatura

1 -O processo de candidatura aos apoios a conceder, deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme anexo I:

a) Requerimento, conforme Modelo, anexo II, do presente regulamento, a fornecer pela Câmara Municipal;

b) Cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão de todos os elementos do agregado familiar;

c) Cópia do comprovativo de título válido de permanência;

d) Cópia do Cartão de Contribuinte de todos os elementos do agregado familiar;

e) Cópia do Cartão de Beneficiário da Segurança Social de todos os elementos do agregado familiar;

f) Comprovativo do grau de incapacidade de deficiência (medida de independência funcional);

g) Última declaração de rendimentos anual (I.R.S.) ou certidão negativa, no

caso de estar isento de declaração;

h) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos, no ano de candidatura, pelo requerente e agregado familiar quando existam, podendo estes, ser substituídos por declarações sob compromisso de honra;

i) Em situação de desemprego, declaração do Centro de Emprego onde conste que se encontra desempregado e declaração da Segurança Social onde conste se recebe ou não Subsídio de Desemprego, qual o valor que recebe mensalmente e período de atribuição de subsídio;

j) Comprovativo em como se encontra recenseado no Concelho de Vimioso;

k) Atestado de residência, referindo a composição do agregado familiar e o tempo de residência no concelho emitido pela Junta de Freguesia;

l) Declaração da Repartição de Finanças comprovativa da posse de bens imóveis;

m) Ao nível do apoio para a habitação é necessária a apresentação da respectiva caderneta predial;

n) Declaração do requerente, sob compromisso de honra, da veracidade de todas as declarações prestadas no requerimento de candidatura, em como não beneficia de qualquer apoio destinado para o mesmo fim e que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados nos termos das alíneas anteriores, conforme anexo III;

2 - O requerente poderá ainda apresentar outros documentos indispensáveis para a análise da sua candidatura.

3 - Os serviços municipais poderão instruir os processos com outros documentos existentes nos seus serviços ou que officiosamente se venham a obter noutros organismos.

Artigo 6º

Organização e Apreciação do processo

1) Compete aos Serviços da Câmara Municipal organizar processos individuais e analisar as candidaturas para posterior submissão a decisão.

2) Nos Apoios no âmbito da Habitação:

a) Compete aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal providenciar a realização do projecto e orçamento, bem como providenciar as acções tendentes ao

licenciamento do projecto quando tal for legalmente exigível.

Artigo 7º

Decisão de apoio

A decisão sobre os apoios a atribuir é da competência da Câmara Municipal.

Artigo 8º

Fiscalização

O Câmara Municipal poderá, em qualquer altura, requerer ou diligenciar, por qualquer meio de prova idónea, comprovativo da veracidade das declarações apresentadas pelos munícipes ou da sua real situação económica e familiar.

Artigo 9º

Incumprimento das condições

1 -Nos casos de não utilização ou utilização indevida dos apoios, deverá ser diligenciada a sua devolução (100 % dos apoios concedidos) ou montante equiparado ao valor da obra realizada, num prazo de 6 meses, a contar da data da tomada de conhecimento da infracção pelos serviços;

2 -A prestação de falsas declarações por parte do requerente, será punida com a revogação da decisão final e impedimento de acesso a apoios futuros, previstas neste regulamento, durante os 12 meses subsequentes, sem prejuízo de efectivação das responsabilidades civis ou criminais que ao caso houver lugar.

Artigo 10º

Reapreciação do Processo

Todos os processos poderão ser alvo de reapreciação pelos Serviços da Câmara Municipal, conforme previsto no artigo 6º do presente Regulamento, sempre que se verifique, no decurso dos procedimentos de aplicação da presente medida, em relação ao agregado familiar, algum dos seguintes factos:

- a) Morte;
- b) Fim da situação de carência;
- c) Alteração da residência para outro Concelho;
- d) Alteração na composição do agregado;
- e) Alteração no rendimento do agregado familiar.



Capítulo II

Apoios no âmbito da Acção Social

Artigo 11º

Tipos de Apoio

- 1) Apoio na utilização de transporte para entidades de saúde e educação;
- 2) Apoio na aquisição de equipamentos/ ajudas técnicas, nomeadamente, cadeiras de rodas ou outros indispensáveis à manutenção da qualidade de vida do munícipe;
- 3) Apoio logístico a projectos e iniciativas individuais
Apoio a projectos e iniciativas de natureza social, relevantes para o Concelho, que não estejam contemplados em legislação aplicável em vigor.
- 4) Cedência Temporária de Ajudas Técnicas.

Artigo 12º

Condições e Modos de Apoio

- 1) O pagamento dos apoios previstos nos números 1 e 2 do artigo anterior, deverá ser efectuado à entidade fornecedora do bem ou serviço e mediante apresentação das respectivas facturas, emitidas ao município e após averiguação da efectiva aquisição.

Artigo 13º

Duração dos Apoios

O carácter dos apoios será de natureza pontual e temporária e manter-se-á enquanto existir a razão que fundamentou a sua atribuição.

Capítulo III
Apoios no âmbito da Habitação
Artigo 14º
Tipos de Obras a Apoiar

1- São passíveis de apoio nos termos do presente regulamento, as obras de conservação, reparação ou beneficiação em geral e as obras de erradicação de barreiras arquitectónicas e obras de melhoramento de condições de segurança e conforto de indivíduos portadores de deficiência física – motora, em particular;

2 -A aferição da necessidade e da possibilidade de execução das obras referidas nos números anteriores deste artigo é da competência dos Serviços da Câmara Municipal.

3 – O apoio a atribuir poderá assumir três formas:

- a) - Execução da Obra;
- ➡ b) - Cedência de Material;
- c) - Cedência de Mão-de-obra.

4- Depois de analisada a situação socio-económica do requerente, pela Câmara Municipal o valor do apoio será atribuído a fundo perdido;

5 – Cumulativamente, o apoio prestado pelo Município de Vimioso para dar cumprimento aos apoios referidos não poderá ultrapassar 5 000,00 €;

6 – Sempre que a Câmara Municipal opte pela execução da obra poderá recorrer ao procedimento por Ajuste Directo.

Artigo 15º

Elementos complementares do processo para apoio à habitação

1 - Após a instrução do processo, pelos Serviços da Câmara Municipal realizarão visitas domiciliárias de forma a analisar o caso e elaborar uma informação sobre a situação sócio - económica e habitacional do requerente e uma avaliação técnica da intervenção solicitada na habitação.

2 -No prazo máximo de 15 dias úteis serão anexados à candidatura os pareceres referidos no ponto anterior.

3 - Os apoios concedidos aos munícipes, pertencentes a estratos sociais desfavorecidos para obras deverão ter início no prazo máximo de 60 dias, contados da

data de aprovação da candidatura.

4 - Cabe aos Serviços da Câmara Municipal assegurar o cumprimento do número anterior, bem como o supervisionamento das obras relativas aos projectos que vierem a ser devidamente licenciados ou às obras que vierem a ser autorizadas.

Artigo 16º

Isenção de Taxas

Todas as obras previstas neste Regulamento estão isentas do pagamento de quaisquer taxas camarárias.

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 17º

Plano Orçamental

Os apoios a atribuir, com base no presente regulamento, pelo Município de Vimioso são financiadas através de verbas inscritas em Orçamento.

Artigo 18º

Omissões

As omissões do presente Regulamento serão supridas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 19º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelos Órgãos Municipais e subsequente publicação.

Aprovado em reunião Ordinária da Câmara Municipal em 10/11/2009

Aprovado em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal em 30/12/2009

Anexo I

Documentos necessários à candidatura

- a) Requerimento, conforme Modelo anexo II, a fornecer pela Câmara Municipal;
- b) Cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão de todos os elementos do agregado familiar;
- c) Cópia do comprovativo do título válido de permanência;
- d) Cópia do Cartão de Contribuinte de todos os elementos do agregado familiar;
- e) Cópia do Cartão de Beneficiário da Segurança Social de todos os elementos do agregado familiar;
- f) Comprovativo do grau de incapacidade de deficiência (medida de independência funcional);
- g) Última declaração de rendimentos anual (I.R.S.) ou Certidão negativa;
- h) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos, no ano de candidatura, pelo requerente e agregado familiar quando existam, podendo estes, ser substituídos por declarações sob compromisso de honra;
- i) Em situação de desemprego, declaração do Centro de Emprego onde conste que se encontra desempregado, e declaração da Segurança Social onde conste se recebe ou não Subsídio de Desemprego e qual o valor que recebe mensalmente e período de atribuição de subsídio;
- j) Comprovativo em como se encontra recenseado no Concelho de Vimioso
- k) Atestado de residência, referindo a composição do agregado familiar e o tempo de residência no concelho, emitido pela Junta de Freguesia;
- l) Declaração da Repartição de Finanças comprovativa da posse de bens imóveis;
- m) Ao nível do apoio para a habitação é necessária a apresentação da respectiva caderneta predial actualizada;
- n) Declaração sob compromisso de honra do requerente, da veracidade de todas as declarações prestadas no requerimento de candidatura, de como não beneficia de qualquer apoio destinado para o mesmo fim e de que não usufrui de quaisquer outros

rendimentos para além dos declarados nos termos das alíneas anteriores, conforme anexo III;

Anexo II
Requerimento

Eu, _____ portador do Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão/ Título Válido de Permanência nº _____
Arquivo de Identificação de _____, emitido em ____/____/_____,
residente em _____ freguesia de _____,
venho requerer o apoio _____.

Mais declaro, para os devidos efeitos, sob compromisso de honra, que reúno todas as condições previstas no Regulamento para o Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos obrigando-me, por esta forma, a respeitar integralmente as obrigações impostas.

Vimioso, __ de ____ de 20__

O Declarante

Anexo III

DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA DA VERACIDADE DAS
DECLARAÇÕES PRESTADAS

Eu, _____ portador do Bilhete
de Identidade/ Cartão de Cidadão/ Título Válido de Permanência nº _____
Arquivo de Identificação de _____, emitido em ____ / ____ / _____,
residente em _____ freguesia de
_____, declaro para os devidos efeitos, sob compromisso de
honra a veracidade de todas as declarações prestadas no acto da candidatura, que não
benefício de qualquer apoio destinado para o mesmo fim e de que não usufruo quaisquer
outros rendimentos para além dos declarados.

Vimioso, __ de ____ de 20__
O Declarante